



JOISA DUTRA _ DIRETORA DO CENTRO DE ESTUDOS EM REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA, DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – FGV/CERI

Segurança jurídica para investimentos em infraestrutura

Investimentos em infraestrutura têm papel fundamental para viabilizar ganhos de produtividade, competitividade e crescimento econômico. Reconhecendo esse fato, a administração do presidente Michel Temer estabeleceu o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, como forma de coordenar ações e viabilizar concessões e PPPs em infraestrutura. Apesar dos notórios avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para promover a segurança jurídica necessária à atração de investimento.

Alguns resultados positivos têm sido observados, a exemplo do leilão de privatização da Celg (distribuidora de eletricidade de Goiânia), das concessões de aeroportos e dos dois últimos leilões de transmissão de eletricidade, realizados em outubro de 2016 e abril deste ano. Novos leilões estão previstos também para privatizar distribuidoras de eletricidade (principalmente aquelas com atuação nas regiões Norte e Nordeste), distribuidoras de gás canalizado e delegatárias de serviços de água e saneamento.

Dentre as faces da insegurança jurídica, Joaquim Falcão (2007) reporta a inflação normativa, que se refere à “incapacidade de uma empresa ou de um cidadão comum de cumprir todas as normas estatais que pretendem regulamentar sua vida”. Esse fenômeno é observado tanto por meio de uma produção normativa ativa como pelo risco de interpretações oscilantes e divergentes ao longo do tempo.

Na tentativa de assegurar redução nos preços e tarifas de eletricidade, em setembro de 2012, o governo editou a medida provisória 579/2012. Premido pelo advento de condições hidrológicas desfavoráveis, e na tentativa de controlar pressões de preços supervenientes, o Poder Executivo editou mais de 40 normas, entre medidas provisórias, decretos e portarias entre agosto de 2012 e maio de 2016. A consequência foi uma desestruturação do setor com efeitos duradouros.

A título ilustrativo, em uma indústria com uma receita anual da ordem de R\$ 150 bilhões, estimativas indicam que o déficit de geração hídrica em 2017 deve acarretar um sobrecusto de cerca de R\$ 40 bilhões para as geradoras hidrelétricas (*Valor Econômico*, Camila Maia, 8/5/2017). Em anos recentes, esse mesmo “fenômeno” já produziu perdas importantes, que desembocaram em judicialização elevada. Liminares concedidas em resposta aos pleitos dos agentes impedem a liquidação de, aproximadamente, R\$ 15 bilhões, inviabilizando o mercado livre de contratação de eletricidade – um dos pilares da reestruturação.

Por melhores que sejam as intenções do governo e adequadamente motivados os novos dirigentes do setor, há uma óbvia contaminação nessa incapacidade de assegurar liquidações no mercado de curto prazo e as decisões futuras de investimento.

A experiência do setor elétrico brasileiro ilustra o fato de que a segurança jurídica requerida para aumento de investimentos em infraestrutura depende de reformas que sejam discutidas com agentes e sociedade, de modo a mitigar a percepção de risco e produzir pactos que permitam reduzir o nível de litígios que hoje emperram o adequado funcionamento da indústria. ★

A SEGURANÇA JURÍDICA REQUERIDA PARA AUMENTO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DEPENDE DE REFORMAS QUE SEJAM DISCUTIDAS COM AGENTES E SOCIEDADE, DE MODO A MITIGAR A PERCEPÇÃO DE RISCO E PRODUZIR PACTOS QUE PERMITAM REDUZIR O NÍVEL DE LITÍGIOS QUE HOJE EMPERRAM O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DA INDÚSTRIA